

# **Valorizar a floresta, distribuir rendimento ao proprietário e prevenir incêndios pode ser possível com mecanismo financeiro adaptado da experiência Americana**

- 1. *Forest Resilience Bond é um instrumento financeiro que mobiliza capital privado para estimular a gestão florestal e a prevenção de incêndios.***
- 2. *Wade Salverson defende que as associações de proprietários de terras são importantes para a viabilidade económica dos serviços ecossistémicos e para evitar a propagação de grandes incêndios.***
- 3. *Esta é uma iniciativa inovadora que pode ser aplicável em Portugal, para aumentar a área com gestão florestal e menos vulnerável aos incêndios.***

O Forest Resilience Bond, instrumento financeiro que mobiliza recursos do sector privado para estimular a gestão florestal e a prevenção de incêndios, foi ontem apresentado numa sessão pública, realizada no Centro Cultural de Belém.

Wade Salverson, Engenheiro Florestal Sénior do Gabinete de Gestão do Território do Departamento do Interior dos Estados Unidos, anunciou os primeiros resultados quanto ao potencial de implementação do Forest Resilience Bonds em Portugal, uma iniciativa de financiamento para os temas relacionados com o clima, gestão de fogos rurais e proteção ambiental.

Segundo o gestor florestal norte-americano, esta é uma iniciativa inovadora que pode ser aplicável no nosso país, com o objetivo de valorizar a floresta, aumentar rendimento proprietário e reduzir a carga dos combustíveis, tornando estes ativos menos vulneráveis aos incêndios.

Ao abrigo do Programa Science Fellow da Embaixada dos Estados Unidos, o Wade Salverson percorreu Portugal para explorar a possibilidade de introdução deste instrumento financeiro inovador. Inaugurado na Califórnia em 2018, o Forest Resilience Bond recruta recursos do setor

privado e agrega partes interessadas para alavancar a conservação da água e da floresta, prevenir incêndios rurais e remunerar os investidores.

Os resultados preliminares sugerem que as associações de proprietários de terras são condições prévias importantes para atingir a escala necessária para a viabilidade económica dos serviços ecossistémicos, bem como para evitar a propagação de grandes incêndios.

Foi ainda salientado que estão a surgir inovações no combate ao risco de incêndios em regiões locais, algumas com apoio de financiamento privado, no entanto existem adaptações políticas que poderiam promover mais inovações e oportunidades para as Forest Resilience Bonds.

Tiago Oliveira, presidente da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), lembrou que o estado investe 500 milhões de euros para gerir o risco e que será muito difícil esse valor aumentar. Contudo, sublinhou que uma forma de mobilizar mais capital é o investimento privado.

“Este modelo apresentado hoje é muito interessante. Os ativos florestais estão todos subvalorizados. É possível fazer diferente, mas com a intervenção do privado. Assim, poderemos retomar o ciclo virtuoso do reinvestimento”, refere.

O Ministro Conselheiro para a Missão dos Estados Unidos da América, Doug Koneff, destacou que tanto os EUA como Portugal tiveram que lidar com tragédias causadas pelos incêndios, sendo do comum interesse colaborar e encontrar estratégias conjuntas para preservar as florestas.

“Há um compromisso na colaboração entre os dois países na prevenção e supressão. É preciso acabar o ciclo de grandes fogos em Portugal e nos Estados Unidos. Temos que trabalhar juntos para proteger a nossas florestas, as nossas comunidades e a natureza”, afirma.

Na mesa redonda que juntou vários intervenientes, Assunção Cristas, associada da VdA, Vieira de Almeida Sociedade de Advogados, considera que para que estes tipos de modelos possam ser executados, são necessários investidores e que sejam encontrados mecanismos para que este tipo de soluções aconteça.

Catarina Grilo, diretora de Conservação e Políticas da ANP|WWF, defende que é necessário encontrar uma forma de conciliar o risco de incêndio com a proteção da biodiversidade e com o restauro ecológico.

As restrições que os proprietários dos terrenos têm sofrido ao longo dos anos foi criticada por Pedro Santos, diretor-geral da Consulai, lembrando que não existiram medidas que conduzissem a uma valorização, a uma discriminação positiva.

Jorge Teixeira, CEO da BPI Gestão de Ativos, diz que temos que olhar para este mecanismo como um investimento, que depois será reembolsado, havendo espaço para os investidores participarem, mas numa lógica de investimento e não de gasto.